

Educação e igualdade racial: uma pauta permanente da CNTE

Esta edição da revista *Esforce* aborda temática de grande importância para a sociedade, a educação e seus profissionais, pois mantém através da educação a pauta estratégica de superação do racismo estrutural presente em nossa sociedade.

Temos uma população majoritariamente negra e parda, autodeclarada, e com mulheres negras que mais sofrem os efeitos da discriminação racial, com forte impacto nas relações sociais, de trabalho e na renda. No Brasil, ainda hoje, as pessoas pretas mantêm menor nível de escolaridade e recebem remunerações abaixo das pessoas brancas. Também ocupam menos cargos-chaves em empresas e no setor público, estão em menor número nas representações eletivas, tanto parlamentar como nos executivos das três esferas, e detêm menos presença e protagonismo nas carreiras jurídicas e no Ministério Público.

Entre os/as docentes da educação básica, de acordo com o Censo Escolar 2025, a composição racial dos quadros é a seguinte: 1.012.277 de brancos, 780.516 de pardos, 147.348 de negros, 23.302 de indígenas e 19.742 de amarelos. Ou seja: negros (não pardos) seguem em ampla minoria.

Em 1997, com o objetivo de atuar mais incisivamente na luta antirracista, a CNTE criou o Coletivo Antirracismo de Trabalhadores em Educação “Dalvani Lellis”, em homenagem a uma educadora funcionária de escola falecida no ano anterior junto com seu marido em acidente automobilístico. A companheira Dalvani foi uma incansável lutadora contra o racismo e em defesa da promoção dos direitos da população negra. Ainda hoje, o coletivo antirracista é uma referência para os trabalhos da CNTE e de suas afiliadas, e mantém atividades permanentes com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil.

Uma das pautas originárias do Coletivo Antirracismo da CNTE foi a instituição da cultura afrobrasileira nos currículos escolares, a fim de que, ao reconhecermos a enorme contribuição histórico-cultural do povo negro na formação de nossa sociedade, pudéssemos avançar na superação do racismo e na igualdade racial no país.

O combate institucional ao racismo é algo relativamente recente no Brasil e veio acompanhado de algumas ações afirmativas reparatórias, em especial das leis de cotas no serviço público e nas universidades. Outra iniciativa importante ocorreu em 2003, com a aprovação da Lei nº 10.639, que incluiu o art. 26-A na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. A CNTE teve forte participação na aprovação dessa importante Lei, junto com outros movimentos sociais.

Em 2008, a Lei nº 10.639 foi sucedida pela Lei nº 11.645, que incluiu a História e a Cultura dos Povos Originários no currículo das escolas de nível básico, junto com a formação política e cultural do povo negro. Como dito, incluir o estudo da história e cultura negra e indígena nos currículos, assim como do processo de envelhecimento, de gênero, sexualidade, entre outros temas relacionados a segmentos historicamente discriminados e ainda perseguidos e vítimas de violências e mortes brutais, segue sendo uma estratégia potente e necessária para superar os preconceitos e estabelecer o respeito às diversidades pessoais e à pluralidade de nossa gente.

Neste sentido, a edição “Afrorreferenciar a educação: negros currículos, negras didáticas, negros cotidianos”, de uma revista que expressa a concepção pedagógica da CNTE – entidade nacional que reúne 65 sindicatos estaduais, municipais e do Distrito Federal, compreendendo mais de 1,2 milhão de trabalhadores/as em educação, entre professores/as, pedagogos/as e funcionários de escola –, é mais uma contribuição importante para o processo de implementação efetiva da Lei nº 11.645/2008 nos sistemas de ensino do país. Sabemos que muitos ainda não aplicam efetivamente a legislação, e essa realidade precisa mudar!

De maneira direta, a revista nos convida a reconhecer, a valorizar os saberes, a história e as práticas negras como eixos estruturantes dos currículos escolares, das metodologias de ensino e das vivências cotidianas, rompendo com lógica eurocêntrica e promovendo uma formação mais plural, crítica e inclusiva. O Brasil é diverso e o povo negro integra fortemente nossa cultura. Trazer essas visões e concepções para a aprendizagem e com métodos didáticos próprios da cultura negra segue sendo um desafio para o sistema educacional brasileiro.

Parabéns à revista *Esforce* e em especial aos/as educadores/as negros/as das escolas públicas do Brasil, que com essa publicação ganham mais reconhecimento e protagonismo para atuarem contra o preconceito racial e todas as formas de discriminações.

Diretoria Executiva da CNTE